

Bezerra defende transferência de encargos para estados e municípios

Ao participar de encontro em Belo Horizonte, relator-geral apóia descentralização na elaboração do Orçamento e diz que Congresso avançou no exame do projeto

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu ontem uma reforma no sistema federativo brasileiro que permita a transferência para os estados e municípios da maior parte das ações atualmente sob a responsabilidade da União. Ele quer que essa discussão seja incluída já na reforma tributária e pediu à sociedade que contribua para fortalecer, também, o movimento que visa descentralizar a elaboração da lei orçamentária da União.

Carlos Bezerra, que é o relator-geral do Orçamento no Congresso, fez essas declarações em Belo Horizonte durante a reunião regional realizada pela Comissão Mista de Orçamento com o objetivo de dar à socieda-

de do Sudeste a oportunidade de participar do processo de discussão e elaboração da lei orçamentária para 1997. As reuniões regionais, na opinião do senador, democratizam e tornam transparente o trabalho do Legislativo sobre a matéria.

O parlamentar garantiu que fará "o possível e o impossível para que o Orçamento de 1997 seja aprovado, rigorosamente, dentro do prazo constitucional", ou seja: ainda este ano.

- Dessa forma, o Executivo não poderá alegar, como tem feito, e até com certa razão, que não libera verbas de emendas aprovadas pelo Congresso porque não tem orçamento que autorize - afirmou Carlos Bezerra.



Carlos Bezerra

Segundo o senador, o Congresso, em matéria de Orçamento, já avançou muito e está bem à frente do Executivo. "O governo ainda não se conscientizou da importância de se tratar do assunto democraticamente", acrescentou.

Já o presidente da comissão,

deputado Sarney Filho, disse que a participação da sociedade - conquistada nas diversas reuniões regionais - exercerá forte pressão sobre o Executivo, "obrigando-o a cumprir o que for democraticamente aprovado pelo Legislativo".

Os representantes da sociedade civil organizada e as lideranças políticas de Minas Gerais presentes ao evento manifestaram, unanimemente, sua satisfação com a iniciativa do Congresso e dirigiram apelo ao Executivo para que também democratize a discussão.

A Comissão Mista de Orçamento, que já esteve em Manaus, Cuiabá, e São Luís, fará hoje, em Porto Alegre, sua quinta e última reunião regional.

Relatório do TCU pode levar comissão a promover auditoria no Banco Central

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado poderá fazer uma auditoria política no Banco Central, com base em relatório técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação daquela instituição em relação aos bancos privados que precisaram ser socorridos pelo Proer. A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele revelou também que se pode verificar, com a leitura do relatório, que o próprio TCU "de-



Edison Lobão

plora a ação negligente do Banco Central no acompanhamento da ação dos bancos privados, do sistema financeiro brasileiro".

Lobão explicou que a comis-

são decidiu requerer ao TCU uma auditoria no BC porque "o País não podia mais conviver pacificamente com as críticas que a todo instante eram feitas ao Banco Central no tocante aos episódios ligados aos bancos privados que começaram a quebrar".

O relatório do TCU, de caráter sigiloso, foi distribuído a um relator - o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA) - que deverá apresentar seu parecer logo após as eleições de 3 de outubro.

Alcântara quer proteção para não fumantes

O País precisa regulamentar a lei antibagista definindo claramente a responsabilidade pela fiscalização e as punições para os infratores. A advertência foi feita pelo senador Lúcio Alcântara, que defendeu o estabelecimento de "outras restrições mais severas" para proteger segmentos ainda vulneráveis. Pág. 4

Osmar aponta desânimo no interior

E Odacir Soares lembra que reforma agrária está com 56 anos de atraso. Páginas 2 e 3

Valmir apóia isenção do IOF no campo

Senador elogia proposta do ministro da Agricultura que, em seu entender, reduzirá significativamente o "custo Brasil" e dará maior competitividade à produção brasileira

Odacir: Reforma agrária tem 56 anos de atraso

A concentração de terras no Brasil atualmente traduz o mesmo quadro existente nos anos quarenta. Assim, na questão agrária, o País acumula 56 anos de atraso em relação à reforma agrária.



Odacir Soares

concluiu o senador Odacir Soares (PFL-RO), ao registrar consulta que fez ao Atlas Fundiário Brasileiro, editado e lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo o senador, o País, em latifúndios, concentra 56,7% de todas as terras cadastradas, apesar deste percentual representar apenas 2,8% do total de propriedades.

Odacir destacou o Índice de Gini, um indicador, que consta do atlas do Incra, usado internacionalmente para medição de taxas de concentração de terras, o qual demonstra que, numa escala de

0,0 a 1,0, o Brasil está situado em torno de 0,8. Quanto mais próximo de zero, menor é a concentração. Mais próximo de um, mais terras estão nas mãos de menos pessoas. "Na Argentina e no Chile esse índice não passa de 0,5. O Brasil chega a superar a Índia e o Paquistão, países onde se considerava haver a maior concentração de terras no mundo", enfatizou.

O atlas informa ainda as disparidades regionais, quando aponta que no Norte 45% dos imóveis são improdutivos, acentuou Odacir Soares, ressaltando que as regiões Sul e Sudeste são as que possuem índices "mais aceitáveis". No Nordeste, a área improdutiva é de 70%, e os proprietários de terras em todo o Brasil com áreas maiores do que 10 mil hectares lavram apenas 2,3% de suas propriedades, concluiu.

"A agricultura, com toda a certeza, é um investimento que vale a pena, pois, além de representar divisas econômicas, representa também a eliminação de um dos grandes problemas nacionais: o fantasma da fome."

A afirmação foi feita ontem pelo senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB, ao comentar proposta do ministro da Agricultura, senador Arlindo Porto, que prevê a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na comercialização de produtos agrícolas. Segundo o senador, a sugestão, apresentada ao presidente Fernando Henrique na semana passada, é da maior relevância e insere-se entre as diversas ações que o ministério vem desenvolvendo em favor deste setor.

- Todos sabemos que as nações desenvolvidas tiveram que, primeiro, se afirmar como potências agrícolas - disse Valmir Campelo. - Providências como essa, de se reduzir o IOF, tenho a certeza, vão determinar o crescimento da produção de alimentos, ampliar a oferta e baixar os custos, possibilitando o acesso de mais e mais brasileiros aos produtos da cesta básica.

Na opinião do senador, a intenção do Ministério da Agricultura resultará numa redução significativa do chamado "custo Brasil" e implicará maior competitividade à agricultura brasileira. Valmir Campelo explicou que a proposta de eliminar a cobrança do IOF das operações de desconto em banco na comercialização de produtos agrícolas foi amadurecida depois da mudança no processo de compra de estoque da safra 96/97. Segundo o senador, depois que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, no mês passado, a extinção dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) com



Valmir Campelo

opção de venda, os agricultores terão que vender sua produção no mercado, já que o governo deverá comprar apenas cerca de 10% da safra, quantidade necessária para manter seus estoques reguladores.

- Foi prevendo um aumento substancial das operações de desconto em banco, já a partir da safra de trigo deste ano, que o ministro fez a proposta ao presidente Fernando Henrique - disse Valmir Campelo.

O senador destacou, ainda, que as ações do Ministério da Agricultura objetivam incentivar a produtividade até se atingir, dentro dos próximos três anos, o patamar de 100 milhões de toneladas de grãos. Segundo disse, o ministério está empenhado na viabilização de investimentos da ordem de 6,5 bilhões de reais, destinados à expansão da área plantada, à aquisição de máquinas agrícolas e ao financiamento da safra.

Valmir informou também que, do montante de R\$ 6,5 bilhões, aproximadamente R\$ 1 bilhão será aplicado no Programa de Apoio à Família Rural, que, conforme disse, concede, em média, empréstimos de 4 mil reais a cada família do campo, com juros de 9% ao ano, visando consolidar o plantio em pequenas propriedades.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÃO

8h - 5ª Reunião regional (Sul) da Comissão Mista de Orçamento, em Porto Alegre.

PREVISÃO DE TRABALHOS

Quinta-feira (26.09.96)

11h - Sessão Especial

Pauta: Comemoração da Semana Nacional do Jovem e homenagem ao Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento.

Crise no interior contrasta com propaganda

A opinião é do senador Osmar Dias, após viagem às regiões agrícolas do Paraná, onde encontrou produtores rurais desesperados com os preços, desemprego e desânimo

O senador Osmar Dias (PR) dirigiu-se ontem da tribuna ao presidente Fernando Henrique Cardoso para alertá-lo de que "há um grande desânimo no interior do País, ao contrário do que tenta mostrar a propaganda oficial, às vésperas das eleições". Osmar Dias afirmou ter ficado "perplexo com a situação de dezenas de cidades", depois de ter passado vários dias percorrendo o interior do Paraná, de carro, "e não de avião, como faz quem não quer ver o Brasil real".

- Não há cidade do interior onde não haja desemprego, comércio fechado por falta de compradores, desânimo de pequenos e médios agricultores. Ao contrário da realidade, a propaganda oficial mostra euforia. Vi o desespero de milhares de bóias-frias que não conseguem trabalho, de produtores que não conseguem dinheiro do Banco do Brasil para



Osmar Dias

plantar, de cooperativas às portas da falência - assinalou o senador.

Osmar Dias questionou o sucesso da política econômica do governo. "De que adianta viver sem inflação, mas ter desemprego?" Conforme o senador, há milhares de pequenos e médios produtores rurais desesperados por causa dos baixos preços e da falta de crédito do governo. "Até a semana passada, o Banco do Brasil

e o Tesouro estavam numa polêmica sobre qual será a taxa de risco que o governo pagará ao BB para repassar crédito oficial aos produtores. Enquanto isso, o tempo passa e o produtor não tem crédito para preparar a terra."

- No Paraná, o governo estadual faz propaganda dizendo que a Renault vai-se implantar no estado oferecendo 2.000 empregos, mas ao elevado preço de R\$ 500 milhões em incentivos fiscais. A 15 quilômetros de onde ficará a Renault, a fábrica de tratores e colheitadeiras Ford-New Holland já foi obrigada a demitir mais de 2.000 trabalhadores porque não consegue vender quase nada - comparou o senador.

Depois de afirmar que o ministro da Indústria e do Comércio "só pensa em carros e brindes", Osmar Dias lamentou a total abertura do merca-

do nacional ao algodão importado. "O Brasil já plantou 500 mil hectares em algodão, mas a área está agora reduzida a menos da metade, por causa do produto importado. Ao invés de se apoiar a produção, apoia-se a importação. E é até ridículo dizer que essa importação baixará o preço das roupas, porque a matéria-prima representa apenas 5% do custo de produção."

O Brasil, segundo Osmar Dias, vai importar neste ano 13 milhões de toneladas de alimentos, ao custo de US\$ 5 bilhões. O senador informou que, no interior do estado, ouviu muito duas perguntas: "Por que é que o governo tem vocação para salvar bancos falidos e não a tem para ajudar nossos produtores rurais? Por que o governo tem R\$ 13 bilhões para salvar bancos e não consegue emprestar R\$ 5 bilhões para nossa agricultura?"

Lauro contesta opiniões de diretor do Banco Central

O senador Lauro Campos (PT-DF) discordou ontem das opiniões expressas na revista *Veja* desta semana pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, dizendo que o economista que é apenas economista "é um mau economista". O senador manifestou-se expressamente contrário às posições do diretor do BC sobre as vantagens do investimento estrangeiro no Brasil:

- O capital externo nos domina, sim, explora, subjugada e cria aqui, dentro da Nação, à qual pertencem os economistas sem perspectiva histórica, sem leitura a respeito de outros ramos das ciências sociais, o antiestado nacional.

Analisando as afirma-

ções de Gustavo Franco sobre a abertura do Japão e dos tigris asiáticos ao capital estrangeiro, Lauro Campos definiu essa visão como "um completo equívoco". O senador explicou que, ao avaliar as ameaças dos Estados Unidos e a dominação inglesa sobre a China, com as duas guerras do ópio, "os japoneses descobriram que contra veneno de cobra só veneno de cobra". Daí por que o Japão teria partido para empreender sua reestruturação econômica, fazendo uma reforma agrária com a aquisição das próprias senhorias feudais, e fixando um módulo fundiário que hoje limita-se a apenas 8 mil metros quadrados.

- Sabemos muito bem que o Japão se fechou e que fez uma reforma bancária que quebrou estruturas antigas. Mas o Ja-



Lauro Campos

pão sempre foi protecionista e continua sendo - afirmou o senador.

Para Lauro Campos, falta à maioria dos economistas brasileiros um pouco mais de conhecimentos gerais.

O senador contestou ainda outras posições expressas pelo diretor do BC, afirmando que não é demitindo gente que se desencadeia processo tecnológi-

co e que também não é cabível justificar baixos salários no Nordeste como forma de atração de capital.

- Definitivamente, isso não é um pensamento "moderno" - afirmou o senador.

Lauro Campos lembrou que o economista Celso Furtado, no livro *Perspectivas do Desenvolvimento Econômico*, já propunha a redução dos salários dos nordestinos para atrair capital.

- Isso é tão antigo quanto errado e absurdo - disse o senador. - Como no Brasil os empresários mamaram nas tetas do governo durante muito tempo e tiraram o sangue dos trabalhadores pagando muito pouco, os capitalistas não fizeram grandes inovações tecnológicas. E continuam querendo reduzir salários - completou.

Alcântara quer regulamentar lei antitabagista

Norma deve incluir responsabilidade pela fiscalização e punição para os infratores, diz senador, que prega restrições mais severas, visando proteger segmentos ainda vulneráveis

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu uma regulamentação da lei antitabagista que defina claramente a responsabilidade pela fiscalização e as punições para os infratores.



Lúcio Alcântara

Alcântara reconheceu que a lei significa um avanço na limitação ao uso do fumo, mas considerou necessário que o poder público tome as rédeas com mais força nessa questão. "Só assim, como

se diz no jargão popular, essa lei vai pegar", observou.

Ao constatar que a nova legislação representa um exercício do que é possível neste momento, o senador pregou a necessidade de estudo de "outras restrições mais severas", pois alguns dos segmentos mais vulneráveis continuam sem proteção.

Alcântara citou estudo da Organização Mundial de

Saúde mostrando que 30% das mulheres em que se diagnosticou câncer são esposas de fumantes. Pesquisa divulgada no *British Medical Journal*, e mencionada pelo senador, demonstra que 60% das mortes prematuras de crianças atingem aquelas que foram expostas ao fumo.

O grupo de risco é de bebês de dois a três meses. O estudo conclui, ainda, que a probabilidade de uma criança morrer dobra a cada hora que ela fica exposta à fumaça do cigarro - frisou.

O senador afirmou que os

tributos arrecadados pelo governo com a indústria do cigarro "viram cinzas" no bolo orçamentário, pois, a seu ver, os gastos da saúde para atender às doenças provocadas pelo uso do fumo são maiores que o montante dos impostos recebidos.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Cabral propõe redução de multa por atraso em pagamento de impostos

A multa por atraso nos pagamentos de tributos federais e contribuições sociais poderá ser reduzida para até 2%, se aprovado projeto apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que pretende, assim, adequar essa cobrança à conjuntura econômica atual, "caracterizada pela estabilidade da moeda".

De acordo com o projeto, a multa de mora será, no máximo, de 10%, sendo reduzida para 2% quando o débito for pago até o último dia útil do

mês do vencimento e para 5%, caso a quitação se efetue até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

Bernardo Cabral explicou que a medida estenderá aos tributos e contribuições sociais recolhidos pela Secretaria da Receita Federal ou qualquer outro órgão da administração pública - um tratamento equi-



Bernardo Cabral

valente ao dado pela lei que, em contratos privados de bens e serviços ao consumidor, reduziu de 10% para 2% as multas por atraso de pagamento.

Segundo o senador, a desigualdade existente fere a lógica e o direito, "tanto mais que, no setor público, as penalidades pecuniárias atingem a faixa de 30%".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES LAURO CAMPOS E OSMAR DIAS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos** ■ **Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade**
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento** ■ **Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral**
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal